

A ESCOLA PÚBLICA COMO LOCAL DE TRABALHO HUMANIZADOR: REFLEXÕES INICIAIS

Joelma Alexandre Chumarque
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
joelma_chumarque@outlook.com

Luana Ferreira de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
luanaferreiradeoliveira2@gmail.com

Natalina F. Mezzari Lopes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
nfmlopes@uem.br

INTRODUÇÃO

Compreender a escola como um local de trabalho foi o resultado de uma provocação que surgiu a partir das discussões na disciplina de Organização da Gestão Escolar, no curso de Pedagogia, com o propósito de discutir o grau de autonomia dos trabalhadores da educação na composição do projeto pedagógico da comunidade escolar.

Na pesquisa de publicações sobre esse tema, no banco de dados da CAPES e de bases indexadas, encontramos a tese de livre docência de Celestino Silva Junior, publicada em 1993. Porém, essa temática continua distante dos debates atuais. Já as questões inerentes à relação escola e trabalho se mostraram sendo objeto de intenso e continuado debate. Para Silva Junior (1993, p. 146-147), “a escola é, ela própria, um local de trabalho. Como tal, tem que ser concebida, organizada e administrada.”

O trabalho da escola é essencialmente o de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o acesso aos rudimentos desse saber, mediado pela ação docente (SAVIANI, 1991). Mediação essa, necessária, uma vez que os instrumentos e saberes se constituem em uma expressão e uma resposta à sociedade na qual está inserida. Resulta que a mediação nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida, o que acaba gerando disputas, como a encampada pelos defensores da escola sem partido e da escola cívico-militar, assim como as manifestadas na composição das diretrizes e bases para a educação nacional.

Estudiosos têm demonstrado que as investidas de controle do trabalho da escola descaracterizam os avanços democráticos conquistados pela ampla luta dos trabalhadores em educação, como, por exemplo, a autonomia da escola na elaboração e execução do seu projeto pedagógico, incluindo, conforme Silva Junior (1993), a descaracterização da escola como local de trabalho.

Indicadores de esforço do trabalho docente, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2020), mostram que 9,9% dos docentes do ensino fundamental, e 21,1% do ensino médio, em escola pública, em geral, têm mais de 300 alunos e atuam em três turnos, em duas ou três escolas, e em duas ou três etapas. Diante de tais condições de trabalho, pergunta-se: é possível a escola pública constituir-se como um local de trabalho humanizador?

Com a finalidade de compreender tal questão, a hipótese é que a escola, sendo reivindicada pelos trabalhadores em educação como seu local de trabalho, abre possibilidades para o desenvolvimento de um projeto pedagógico na perspectiva humanizadora, com a condição de romper com o reprodutivismo pedagógico, cultural e social.

A pesquisa está em fase inicial de análise. A metodologia segue as orientações de estudos bibliográficos, utilizando as categorias trabalho e trabalho humanizado, ancoradas nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Para este, “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real.” (MARX, 2020, p. 53).

TRABALHO E TRABALHO HUMANIZADO

Nas sociedades modernas, a tendência social é de considerar o trabalho como sinônimo de emprego; no entanto, para a perspectiva metodológica aqui adotada há uma grande diferença conceitual entre ambos.

O trabalho é a atividade vital do homem e de seu desenvolvimento. Ele é, antes de tudo, “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2020, p. 293). Nos termos marxianos, Bordalo (2013, p. 22.344), afirma que é o trabalho que “diferencia e explica o homem, enquanto ser histórico e social o que leva este homem a transformar a natureza, suprir as suas necessidades

que num processo dinâmico vão se tornando cada vez mais sofisticadas.” O trabalho é o primeiro pressuposto de toda a existência humana, pelo qual se deu e se dá o processo de humanização da natureza, impulsionados pela produção dos meios para a satisfação das necessidades para viver.

Já emprego é uma ação contratual entre o indivíduo que vende a força necessária para a transformação da matéria prima em objetos e aquele que detém (de forma privada) os meios/instrumentos para a produção. Essa relação implica na existência de duas classes na qual o capital não é nada sem o trabalho assalariado. Este último é convertido em um meio de produzir riqueza em geral, “não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* de satisfazer necessidades externas a ele.” (MARX, 2020, p. 323, grifo do autor).

Esses conceitos, mesmo que sumários, indicam que nem todo trabalho é humanizador. Este, “além de produzir os meios necessários para [...] a atividade vital humana produz, ao mesmo tempo, a humanização ou autocriação do gênero humano através do processo de objetivação.” (BASSO, 1998, p. 25). O trabalhador, desenvolvendo novas capacidades, cria novas necessidades, realiza suas potencialidades como ser humano porque age sobre o objeto com consciência.

No trabalho não humanizador, ele próprio torna-se uma mercadoria, na qual o trabalhador não se reconhece em sua criação, não compreende o significado social de seu trabalho. Para Marx (2020, p. 320), “a *exteriorização* do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *exterior* a ele, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele [...]” (Grifo do autor).

No trabalho fabril altamente objetivado há ruptura entre os objetivos da produção e o sentido para o trabalhador, isso significa que a autonomia da ação é inexistente. No trabalho da escola, sabe-se que, cada vez mais, tais características se fazem presente. É preciso pensar se as políticas e a gestão têm asfixiado os trabalhadores da escola ou se, ainda, há margem de autonomia nos processos educativos.

RESULTADOS PARCIAIS

Essa ruptura alcança a escola, especialmente pelas condições de trabalho imposta aos docentes exigindo, de muitos, que atuem em dupla ou tripla jornada e

em mais que um espaço escolar. A falta de concurso público faz com que muitos lutem pela simples permanência no trabalho, seja como temporário, horista ou aulista. Condição que descaracteriza a escola como um local de trabalho no sentido humanizador.

Além disso, a reestruturação produtiva da economia mundial tem colocado em cena novos conceitos de competitividade, de desempenho e de descentralização, interferindo nas relações de trabalho da escola. A dinâmica administrativa e pedagógica é condicionada por resultados quantitativos aferidos por avaliações externas.

Apesar de tudo, acredita-se que a cultura escolar é o espaço possível da cultura de resistência, uma vez que “a escola pública é o único local de trabalho em que, por sua natureza, o trabalho deve ser concebido, organizado e executado pelos trabalhadores que o integram.” (SILVA JUNIOR, 1993, p. 148). Nesse sentido, há sempre uma margem de autonomia que, ao ser reivindicada pelos seus trabalhadores, junto com condições melhores de trabalho, cria um movimento contrário aos princípios educativos que a movem hoje.

Indica-se que a mediação do trabalho da escola passa por seus gestores que tanto podem cultivar ou romper com práxis reprodutivas. Anísio Teixeira (1934 apud SILVA JUNIOR, 1993, p. 78) já dizia, “o administrador é assim alguém a serviço do serviço que os professores prestam a seus alunos.” O maior desafio está em abrir-se para o conhecimento que aproxime sentido e significado social num projeto político-pedagógico que atenda aos anseios dos que frequentam a escola pública. Antes de tudo, é preciso combater as condições e a desvalorização do trabalho dos profissionais da escola. A única certeza: são os homens, em seu processo de desenvolvimento das suas forças produtivas, os produtores de sua história.

REFERÊNCIAS

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000100003>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BORDALO, K. B. O trabalho na concepção de Marx. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba, 2013. p. 22342-22352.

MARX, K. A essência da concepção materialista da história. Processo de trabalho e processo de valorização. Manuscritos econômico-filosóficos. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **História natureza, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

SILVA JUNIOR, C. S. da. **A escola pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1993.